



ARTIGOS DE TEMA LIVRES/
FREE THEMES SESSION



SEGREGAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO E DA MORADIA: “PORTAL DA AMAZÔNIA” EM BELÉM (PA)

*SOCIAL SEGREGATION OF WORK AND HOUSING:
“AMAZON PORTAL” IN CITY OF BELEM, STATE OF PARÁ*

Sandra Helena Ribeiro Cruz¹
Iraneide Souza Silva²
Maria Elvira Rocha de Sá³

Resumo

O projeto “Portal da Amazônia”, implementado na cidade de Belém (PA), e compreendido conceitualmente neste artigo como grande projeto urbano, vem produzindo efeitos nas formas históricas de trabalho e moradia da orla fluvial sul, ao mesmo tempo em que tem gerado novos usos na perspectiva da “espetacularização” da cidade. A pesquisa, apoiada em informações produzidas por órgãos públicos e dados empíricos coletados junto à população atingida, constata que o poder público municipal, ao adotar o “Portal da Amazônia” como estratégia de renovação urbanística, busca a inserção de Belém no circuito global da economia, entre outros, pelos setores imobiliário e turístico e, em consequência, provoca processos de segregação social gerados pela perda de postos de trabalho e pelo deslocamento compulsório de antigos moradores. Esses processos alteram as condições de vida de

1 Assistente Social; doutora em Ciências Socioambientais pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará; Professora Associada I da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará. E-mail: shelena@ufpa.br

2 Socióloga; mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Pará; Assistente em Ciência e Tecnologia do Museu Paraense Emílio Goeldi do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. E-mail: iraneide@superig.com.br

3 Assistente Social; doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; Professora Associada IV, Aposentada do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. E-mail: marel.rdsa@gmail.com

frações de trabalhadores, aprofundando as desigualdades sociais entre os que ali habitam.

Palavras-chave: Portal da Amazônia; segregação social; moradia; trabalho.

Abstract

The “Amazon Portal” project, implemented in city of Belém, state of Pará, and conceptually understood in this article as a great urban design, has produced effects on historical ways of working and living south of the river shores, while it has generated new uses the perspective of the “spectacle” of the town. The research supported by information produced by public bodies and empirical data collected by the affected population finds that the municipal authorities, to adopt the “Amazon Portal” as urban renewal strategy, seeks insertion city of Belém in the global economy circuit between others, the real estate and tourism sectors and, consequently, causes of social segregation processes generated by the loss of jobs and the compulsory displacement of former residents. These processes change the lives of fractions of workers, deepening social inequalities between those who dwell there.

Keywords: Amazon Portal; social segregation; house; work.

Submetido – 15/03/2015

Aceito – 19/05/2015

1. INTRODUÇÃO

A partir do século XIX, as cidades amazônicas despontaram, com maior intensidade, como recurso potencial para a dinâmica capitalista, sobretudo as suas metrópoles, haja vista a sua diversidade cultural e a relação que estabelecem com a natureza, diferenciando-se das demais cidades mundiais, tornando-se assim elemento de atração para órgãos internacionais de financiamento, cujo compromisso maior é com os representantes do grande capital, fazendo com que as suas ações nos países periféricos contribuam para o circuito internacional da economia e, portanto, para as “condições gerais da produção”. Neste sentido, a urbanização na Amazônia reproduz a matriz capitalista global, em que as cidades agregam a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades. Em outras palavras, a cidade não é, de modo algum, um fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento e totalmente distinto das leis de acumulação capitalista, onde as esferas da produção, da troca e do consumo estão em constante interação (LOJKINE, 1997).

Com base neste referencial teórico de cidade, buscou-se anali-

sar o papel desempenhado por grandes projetos urbanos em Belém, à luz do Portal da Amazônia, permitindo-nos o desvendamento de processos que transformam a cidade em locus privilegiado do modelo de desenvolvimento no qual as expressões segregativas e segregadoras são reveladas pelos efeitos gerados sobre as condições de trabalho e de moradia que, contraditoriamente, são secundarizadas quando ocorre o planejamento e a gestão do conjunto de políticas urbanas pelo Estado.

O projeto “Portal da Amazônia”, implementado na orla sul da cidade de Belém, delimitada pela Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), desdobra-se em duas modalidades: Programa de Macrodrenagem da Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (Promaben) e Projeto Orla, desenvolvidos desde 2005 pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB). No processo de implementação constata-se que a reconfiguração da orla sul vem gerando efeitos no *modus vivendi* de grupos sociais urbanos e aqueles oriundos das áreas rurais de municípios limítrofes à capital, que interagem pelas trocas de produtos comercializados nos portos, feiras e mercados localizados na área de influência do projeto.

Desse modo, é fundamental o debate sobre aspectos relevantes da dinâmica urbana, cuja centralidade deste texto aborda as condições de trabalho e moradia, que historicamente vêm garantindo a reprodução social de trabalhadores e famílias residentes nesta fração do ambiente urbano de Belém.

A produção das informações resulta de pesquisas teóricas e empíricas⁴, cujos dados provêm de órgãos públicos e de aplicação de questionários e entrevistas junto à população atingida pelo projeto Portal da Amazônia, possibilitando constatar que o poder público municipal, ao adotar o modelo de grandes projetos urbanos como estratégia de renovação urbanística, busca a inserção de Belém no circuito da economia global, entre outros, pelos setores imobiliário e turístico e, em consequência provoca processos de segregação social gerados pela perda de postos de trabalho e pelo deslocamento compulsório de moradores.

4 Pesquisas desenvolvidas no âmbito dos projetos de doutorado da primeira autora, junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; e de mestrado da segunda autora junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, do Centro de Geociências, ambos da Universidade Federal do Pará.

2. GRANDES PROJETOS URBANOS E SEGREGAÇÃO SOCIAL

Historicamente, o desenvolvimento das forças produtivas nas cidades capitalistas necessita implantar a infraestrutura indispensável à acumulação do grande capital. Na contemporaneidade, tem-se, de um lado, a reprodução da força de trabalho mobilizada, em grande medida, do campo para os grandes centros; e, de outro, a reprodução de diferentes frações do capital, com prevalência dos setores imobiliário e financeiro consolidando a vida urbana moderna. Portanto, a acumulação do capital de forma célere depende de condições que garantam não só a reprodução da classe trabalhadora, como também da infraestrutura a ele pertinente, que, por sua vez, passam a se constituir nos elementos essenciais ao desenvolvimento dessas cidades marcadas por sua lógica, como sinaliza Lojkine (1997). Como consequência, ao desencadear dinâmicas econômicas e sociais que alteraram/alteram modos de vida e a organização desses espaços, geram disputas pelo lugar de morar, de trabalhar e de viver, caracterizando-as como cidades segregadoras e segregativas (LEFEBVRE, 1999).

Já se vão mais de um século e meio (1845 a 2014) da publicação dos estudos realizados por Engels (2010) sobre as cidades industriais inglesas, mas ainda persistem nas cidades de diferentes quadrantes do globo bairros escondidos, invisíveis, clandestinos, onde a vida social dos trabalhadores continua submersa, “sem que a burguesia se dê conta do horror construído por ela mesma”. Mesmo nas cidades em que a indústria não é o setor mais dinâmico, a (des)ordem e o caos social se reproduzem, como é o caso de várias cidades latino-americanas, dentre estas as brasileiras, cujas características apresentam a oferta majoritária de postos de trabalho no setor de serviços, prevalecendo a informalidade nas relações de trabalho, ao mesmo tempo em que se consolidam, prioritariamente, processos de acumulação e concentração de ganhos de produtividade das diferentes frações do capital, gerados pela infraestrutura nelas instaladas pelo poder público, na forma de políticas urbanas.

A esses teóricos acrescenta-se a produção de Harvey (1980; 2005; 2009; 2011) e Préteceille (1995; 2004), que apresentam como uma das características imanentes à cidade capitalista a segregação social, materializada por diferenciações econômicas, políticas e socioculturais, que expõem uma sociedade dividida em classes sociais, produzindo acesso desigual aos bens socialmente produzidos. O processo ampliado de segregação social é forjado pela diferencia-

ção no acesso ao trabalho, à moradia e aos serviços e infraestruturas urbanas, em maior ou menor grau, dependendo das distinções internas de cada fração de classe, e está fundado, em última instância, no estatuto sagrado do direito à propriedade privada dos meios de produção, com particularidades nas cidades dos países periféricos, dentre estas as brasileiras, com destaque para as amazônicas.

Mais recentemente, Harvey (2011, p. 9) constata “algo sinistro que começou a acontecer nos Estados Unidos em 2006”, com despejos de trabalhadores afro-americanos de baixa renda, moradores em Cleveland e Detroit. E em meados de 2007, os despejos atingem a classe média branca, culminando, no final de 2007, com “quase 2 milhões de pessoas [que] perderam suas casas e outros 4 milhões corriam o risco de ser despejados”. O motivo desses despejos, segundo Harvey, foi que

[...] os valores das casas despencaram em quase todos os EUA e muitas famílias acabaram devendo mais por suas casas do que o próprio valor do imóvel. Isso desencadeou uma espiral de execuções hipotecárias que diminuiu ainda mais os valores das casas (HARVEY, 2011, p. 9).

Esta constatação está fundamentada em seus estudos sobre a “relação entre as crises financeiras e urbanas”, nos quais vem constatando que a sucessão de crises no sistema é alimentada, entre outras coisas, por uma “febre da construção” que, por sua vez, provoca crise no capitalismo na sua fase atual hegemônica pelas finanças, o que o leva a afirmar que:

[...] no outono de 2008, [...], a ‘crise das hipotecas subprime’, como veio a ser chamada, levou ao desmantelamento de todos os grandes bancos de investimento de Wall Street, como mudanças de estatuto, fusões forçadas ou falências. O dia em que o banco de investimento Lehman Brothers desabou – em 15 de setembro de 2008 – foi um momento decisivo. Os mercados globais de crédito congelaram, assim como a maioria dos empréstimos no mundo (HARVEY, 2011, p. 10). O movimento de acumulação do capital é historicamente marcado por crises recorrentes e, para Harvey (2011), na crise contemporânea existe uma estreita relação da urbanização revelada pela explosão do mercado de terras e do setor imobiliário, com a hegemonização do capital financeiro nas cidades do mundo capitalista. Esta relação está fundada na prioridade em construir “sem importar o quê”, ao mesmo tempo em que vem avançando a desregulação do setor financeiro.

É esta conjuntura econômica que não só atualiza as diretrizes neoliberais adotadas na implementação das políticas de base (habitação, educação, saúde, entre outras), como são adotados na gestão das cidades os princípios do planejamento estratégico até então circunscritos ao setor empresarial. A adoção desses princípios estimula a proliferação de projetos urbanos com características de “grandes projetos” nas cidades brasileiras, que passam a exigir o desvendamento de seus determinantes e efeitos por grupos de pesquisadores inseridos em diversas instituições acadêmicas.

Segundo Ultramari e Rezende (2007, p. 8), “ostensivamente presentes na Europa, nos Estados Unidos e em países emergentes, tais projetos têm caracterizado uma nova fase do urbanismo moderno, precocemente reconhecido como Renascença Urbana”. Neste contexto, os grandes projetos urbanos atendem ao apelo da produção de cidades atrativas e competitivas, vinculando a lógica do planejamento urbano à da acumulação do capital, com ênfase nas frações do capital imobiliário e financeiro.

No Brasil, essa prática teve início nos anos 1990, na região Sul, mais especificamente na cidade de Curitiba (PR), irradiando-se para outras capitais como Porto Alegre, Rio de Janeiro, Manaus e Belém. Acerca do modelo de gestão inspirado no planejamento empresarial, esse processo ganha força nos anos recentes, com a realização de megaeventos esportivos internacionais como a Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e as Olimpíadas, programadas para 2016, no Rio de Janeiro. A implementação de uma logística própria à realização desses megaeventos vem gerando processos de negação de direitos sociais básicos, consagrados pela Constituição Federal Brasileira de 1988, cuja recorrência desencadeou a formação dos autodenominados “Comitês Populares da Copa”, que adotam como estratégia de luta e denúncia em âmbito nacional e internacional a divulgação do “Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa” (ARTICULAÇÃO..., 2011). Este dossiê aponta impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais, tendo sido destacada, entre outros processos, a remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas nas cidades-sede dos referidos eventos.

A tendência ao desequilíbrio no sistema social urbano atinge as cidades amazônicas, onde a lógica dos grandes projetos se irradiou para o interior das metrópoles, como é o caso de Belém e Manaus, que foram reestruturadas com base em grandes projetos

urbanos fundados em investimentos de infraestrutura, passando a agregar maior valor econômico ao território. No caso particular de Belém, a intervenção urbanística do “Portal da Amazônia” omitiu as contradições sociais que acirram processos de segregação social, ao não identificar e implementar alternativas de geração de trabalho e renda, ao mesmo tempo em que define de forma arbitrária o lugar de moradia das famílias diretamente atingidas (CRUZ, 2012).

A moradia assume o lugar de problema e não de solução para os assentamentos precários, uma vez que os grandes projetos urbanos, ao emergirem como solução de infraestrutura urbana nas áreas centrais de Belém, afastam, remanejamos e deixam sem garantias de habitação centenas de famílias, aprofundando ainda mais os níveis de segregação social. A partir do “Portal da Amazônia”, as questões da moradia e do trabalho revelam-se como os maiores problemas urbanos enfrentados pelas frações das classes trabalhadoras.

3. TRABALHO E MORADIA EM UMA METRÓPOLE BRASILEIRA: O PROJETO “PORTAL DA AMAZÔNIA” EM BELÉM (PA)

A cidade de Belém, capital do estado do Pará, faz parte da Região Metropolitana de Belém (RMB), que totaliza 2.101.883 habitantes, numa extensão territorial aproximada de 2.536,894 km² (IBGE, 2010). O município, localizado na confluência do rio Guamá e da baía do Guajará, na foz do rio Amazonas (IBGE, 2010), tem uma porção insular composta por 39 (trinta e nove) ilhas, sendo, portanto, estruturado sob forte influência dos cursos d’água. Nesta configuração territorial, segundo Castro (2006), é

[...] uma cidade fluvial ímpar por ser banhada na sua quase totalidade pelos rios do estuário amazônico. Por outro lado, foi assentada em terras baixas [...] e atravessada por pequenos rios e igarapés, o que conforma ainda hoje as divisões internas de seus bairros em terras firmes, áreas aterradas e baixadas (CASTRO, 2006, p. 14).

Os governos atuais, ao adotarem o modelo de modernização conservadora, segundo as exigências do mercado mundial, dão visibilidade a uma cidade que expressa “processos de acumulação e de concentração de capital e a precarização crescente das relações de trabalho” (CASTRO, 2008, p. 16). Esses processos se refletem na Amazônia brasileira, nas múltiplas formas de apropriação dos espaços de produção e reprodução social, ao mesmo tempo em que expõem a

agudeza do fenômeno urbano nas áreas periféricas do capitalismo contemporâneo.

As mudanças são muitas. Os processos migratórios intensificados na segunda metade do século XX constituem uma das consequências do modelo de gestão pública centrado na modernização das relações tradicionais existentes, no qual a segregação social do trabalhador rural é visibilizada nas dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais. Nesse período, Belém sofreu grandes transformações, como aquelas que decorreram da (re)organização do espaço regional, nas quais o urbano assumiu um papel fundamental na integração da fronteira amazônica ao capital globalizado (CRUZ, 1994).

Um dos reflexos diz respeito à ocupação, pela população pobre, das áreas de “baixadas” (abaixo do nível do mar), que margeiam o rio Guamá e a baía do Guajará, em geral desprovidas de infraestrutura urbana, mas próximas aos bairros centrais – fenômeno que se intensificou na década de 1990, e continua a ocorrer. Desse modo, Belém sofreu impactos resultantes do avanço da fronteira agrícola, da pecuária e da exploração madeireira e mineral, que foram determinantes para o crescimento demográfico em pequenas cidades e surgimento de muitas outras na esteira dos grandes projetos econômicos e os de natureza infraestrutural, como as rodovias e hidrelétricas implementadas na Amazônia.

O crescimento de cidades amazônicas também ocorreu nas áreas de fronteira do Brasil com países da Pan-Amazônia, e tem seguido a mesma lógica das políticas mencionadas, com certas diferenciações de estratégias locais (CASTRO, 2006; 2008). A vida social e cultural dessas cidades, inclusive de Belém, que embora tenha o território consolidado, foi e continua sendo impactada por políticas que visam a transformar a fisionomia urbana como estratégia de mercantilização desses espaços.

Na extensão territorial de Belém, a porção da orla sul foi delimitada como *lócus* de observação e análise de processos de caráter econômico, social e político, nos 29,8 km que conformam a Bacia Hidrográfica da Estrada Nova (BHEN), na área do “Portal da Amazônia”. Esta é a terceira maior bacia hidrográfica da cidade, com 9,54 km de extensão, tendo 72,70% do solo em áreas alagáveis devido aos efeitos das marés e das chuvas frequentes, em cujos limites residem cerca de 250.000 mil pessoas, o que corresponde a 15,60% da popu-

lação total de Belém (MOURA; SANTANA; SÁ, 2010, p. 37). Os bairros que compõem a BHEN são: Cidade Velha, Jurunas, Condor, Cremação e Guamá. Os bairros de Batista Campos, Nazaré, São Brás e Marco são atingidos indiretamente, pela interligação de diferentes afluentes do rio Guamá. Desse modo, o Portal da Amazônia, ao delimitar as áreas de intervenção, definiu-as como: Áreas de Influência Direta (AID) e Áreas de Influência Indireta (AI). Neste trabalho, buscar-se-á discorrer sobre os bairros que compõem as AID, que englobam cinco bairros, abrangendo cerca de 245.238 pessoas.

A rede de macrodrenagem da BHEN compreende os igarapés Caripunas, Timbiras, Quintino, Dr. Moraes, 14 de Março, 3 de Maio, e as seguintes áreas: João de Deus, Radional I e II, Bom Jardim, Euclides da Cunha e Bernardo Sayão (BELÉM, 2010)⁵. Neste ambiente, a orla fluvial apresenta um traço marcante da paisagem de Belém, com extensão aproximada de 51 km⁶ no contorno urbano, e é um terreno fértil para estudos sobre as particularidades da ocupação socioespacial para fins de trabalho e de moradia.

Na BHEN, a população residente possui um baixo perfil socioeconômico. No que tange ao aspecto educacional, a maioria não concluiu o ensino fundamental e encontra-se sem trabalho formal. Assim, grande parte dos moradores não utiliza o transporte coletivo para trabalhar, por estar desempregada. Quanto à renda, o diagnóstico apontou que 52% auferem, no máximo, três salários mínimos mensais. Os que ganham mais de seis salários mínimos, em geral, são proprietários de estabelecimentos comerciais, revelando o alto grau de pobreza nessa área.

A maioria das moradias é do tipo palafita, devido às características topográficas dos terrenos, sujeitos a alagamentos frequentes por estarem a quatro metros abaixo do nível do mar. Devido a isso, têm baixo valor de mercado e vêm sendo ocupados, desde o século XX, pela população originária dos municípios e ilhas próximas, como reflexo da expansão econômica de Belém em diferentes momentos históricos. As relações econômicas e socioculturais determinaram as

5 Pesquisas foram e estão sendo desenvolvidas sobre processos de ocupação humana das áreas litorâneas da cidade de Belém, entre as quais destacamos as seguintes: UFPA (2004); Ponte (2004, 2007); Trindade Júnior e Silva (2005), Castro (2006); Trindade Júnior e Tavares (2008), Araújo (2008); Malheiro (2009).

6 As características da ocupação socioespacial e a divisão da orla fluvial em zonas são apresentadas por Trindade Júnior, Santos e Ravena (2005, p. 12-43).

formas de viver da população nessas áreas, ou seja, desde o início da ocupação, o lugar de morar se constituiu em referência para as atividades de trabalho.

Em outro sentido, a orla fluvial de Belém é um território propício para a investigação sobre os fluxos comerciais de produtos regionais na dinâmica de portos, mercados e feiras enquanto espaços de trocas simbólicas, que têm em comum a interação com localidades próximas que, em grande parte, acessam a cidade pela via fluvial. Segundo Trindade Jr., Santos e Ravena (2005) e Trindade Jr. (1997), a ocupação socioespacial da orla fluvial e a sua importância no aspecto sociocultural acentuam a configuração de Belém como uma metrópole que mantém traços influenciados pelo trabalho produzido nas cidades ribeirinhas.

3.1 “PORTAL DA AMAZÔNIA” E PROCESSOS DE TRABALHO NOS PORTOS PÚBLICOS

Com base no pressuposto de que as relações estabelecidas pelos grandes projetos urbanos como o “Portal da Amazônia” visam transformar as cidades em lócus privilegiados do modelo de desenvolvimento vigente, segundo o qual as expressões da “questão social”⁷ reveladas pela precarização da moradia e do trabalho são secundarizadas na proposição das políticas urbanas, impõe-se a necessidade da reflexão crítica dessas relações e dos impactos da intervenção sobre as condições socioeconômicas e culturais estabelecidas pela população na área do Projeto.

Cabe ressaltar que, assim como os grandes projetos urbanos refletem as matrizes do capitalismo contemporâneo, na lógica da cidade-mercadoria, o mundo do trabalho também acompanha as transformações ditadas pelas políticas neoliberais no século XX, caracterizadas pelo fortalecimento da economia de mercado, em que o setor privado move o crescimento econômico (CACCIAMALI, 1999, p. 186).

Nos termos de Antunes (2008), as “metamorfoses do trabalho nos países desenvolvidos” diante da crise do capitalismo contemporâ-

7 Segundo Netto (1992, p. 28), “na sociedade capitalista monopolista as sequelas da questão social são recortadas como problemáticas particulares [...] atacadas nas suas refrações, nas suas sequelas apreendidas como problemáticas cuja natureza totalizante, se assumida, conseqüentemente, impediria a intervenção”. Neste texto, o conceito é utilizado com a mesma conotação.

neo repercutem, em maior ou menor dimensão, em áreas industrializadas do terceiro mundo. Para o autor, a “classe-que-vive-do-trabalho” caracteriza-se pela desproletarização ou retração da mão de obra na indústria e o crescimento do setor de serviços⁸; a tendência da revolução tecnológica; a precarização ou subproletarização no trabalho parcial, temporário, subcontratado, “terceirizado”, vinculado à economia informal (ANTUNES, 2008, p. 51).

No Brasil, nos últimos anos tem ocorrido um aumento no número de empregos formais, porém, um grande contingente de desempregados encontra-se “disponível”⁹ para ingressar no mercado informal. A expressão “trabalho informal” tem origem nos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cuja base de classificação é a unidade econômica “caracterizada pela produção em pequena escala, reduzido emprego de técnicas e quase inexistente separação entre o capital e o trabalho”, onde vigoram baixos salários, longas jornadas de trabalho e, sobretudo, a completa falta de direitos sociais “no pequeno comércio e nos serviços de baixa qualificação, atividades que não exigem níveis elevados de escolaridade” (SILVA; BARBOSA, 2011, p. 3).

Nas análises aqui consideradas, identificam-se positivities no trabalho informal, como apontam Silva e Barbosa (2011) no caso do Rio de Janeiro. Para Santos (2008, p. 201), a dinâmica do circuito inferior da economia é “um elemento fundamental da vida urbana nos países subdesenvolvidos, por seu papel de abrigo da população pobre, migrante ou originária da cidade, que só raramente pode consumir e trabalhar no circuito moderno (superior)”. No âmbito local, Sena (1999) apresenta aspectos da informalidade de Belém, entre os vendedores ambulantes de produtos alimentícios, indicando características específicas do mercado informal tanto no sentido da precarização quanto de possibilidades de ocupação para os trabalhadores envolvidos e para o ingresso de novos atores nesse mercado.

Neste artigo, descortina-se o universo do trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, considerando as dinâmicas, os atores, a representação socioeconômica e o papel da orla fluvial como lócus

8 Este setor inclui o pequeno e grande comércio, as finanças, os seguros, o setor de bens imóveis, a hotelaria, os restaurantes, os serviços pessoais, de negócios, de divertimentos, os serviços legais e gerais, segundo Annunziato (1989, p. 17 apud ANTUNES, 2008).

9 Grifo nosso, sendo o termo **disponível** usado para designar os trabalhadores **não empregados**.

de reprodução de grupos sociais urbanos e de interações com o ambiente rural, observados na comercialização de produtos regionais provenientes do interior do Pará, mediada pelo trabalho no ambiente urbano, como espaço de reprodução do capital. Neste sentido, o trabalho informal é uma variável relevante, e visto como vetor de transformação de produtos da natureza em bens de consumo e de troca, com valor de mercado e impacto na economia local (SILVA, 2011).

Na delimitação da pesquisa, os espaços de observação direta para este tópico foram o “Porto da Palha” e o “Porto do Açaí”, e parte dos imóveis que integram funções de moradia e de comércio localizados na extensão da Avenida Bernardo Sayão, em áreas a serem diretamente afetadas pelo projeto “Portal da Amazônia”, que prevê, de um lado, a reconfiguração espacial e novos usos; e de outro a remoção, o deslocamento compulsório e a realocação de grande parte do contingente de trabalhadores e moradores da área.

O *Porto da Palha* é um entreposto comercial e um espaço de múltiplas funções, sobretudo na interface entre a capital e o interior do estado, como local de trabalho, de comércio, de passageiros e de moradia, que exprime a realidade dos portos comerciais e de habitação precária, pelo descaso do poder público quanto à infraestrutura e serviços urbanos. No trapiche aportam produtos como açaí, farinha, carvão e frutas, cuja comercialização é feita pelos próprios produtores ou por atravessadores, com o auxílio de carregadores. Também funciona precariamente como terminal de passageiros, que dele dependem no trajeto diário interior-cidade. Na área de acesso ao trapiche há uma feira livre com cerca de 140 boxes e barracas, estendendo-se para as calçadas da Av. Bernardo Sayão e Tv. Padre Eutíquio. As moradias são geralmente na parte superior dos pontos comerciais ou nas vielas estreitas e becos mal conservados, sem esgotos ou acesso de veículos.

O *Porto do Açaí* é um porto público sob a administração da PMB, com 93 boxes e barracas ocupados por comerciantes fixos, que se somam a inúmeros vendedores avulsos, produtores, atravessadores e carregadores durante as quatro feiras diárias (PROJETO ..., 2008, p. 4). O principal produto comercializado é o açaí, seguido de frutas, farinha, carvão e outros. A maior parte do açaí é vendida aos “maquineiros”¹⁰, em geral pelos produtores ou atravessadores com

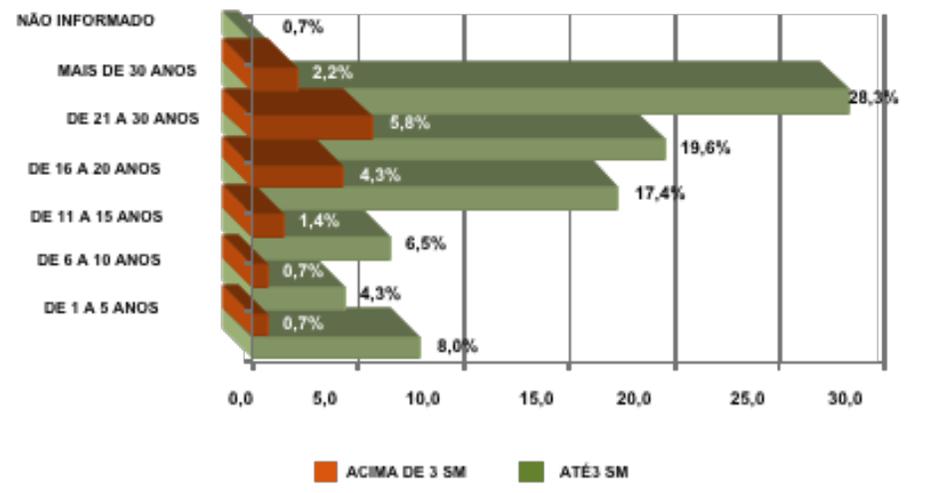
¹⁰ Como são conhecidos os revendedores de açaí processado em máquinas, geralmente instaladas em pontos de venda na extensão das moradias.

clientela fixa. O porto também funciona como terminal de passageiros, de forma precária, mas com grande fluxo de usuários.

Esses espaços são fundamentais para a cidade, pois abrigam atividades voltadas ao mercado informal, fazendo frente à força comercial dos supermercados e *hipercenters*. Além disso, são relevantes na dinâmica social como locais de sociabilidades, sobretudo nas interações rural-urbano. Contudo, carecem de investimentos públicos em infraestrutura e políticas urbanas visando à melhoria das condições de trabalho e de moradia nas áreas próximas da orla fluvial de Belém.

Quanto ao perfil dos trabalhadores, a maioria nasceu em Belém (54,3%), entre homens (83,3%) e mulheres (16,7%) cujas famílias têm em média três filhos, e 28,9% mantêm agregados, sejam parentes ou não. O comércio de produtos regionais é a principal fonte de renda, agregando mão de obra familiar não assalariada, e gerando uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos para a grande maioria dos informantes, sendo poucos os que ultrapassam esta faixa de renda. A experiência do trabalhador na atividade é um fator importante. Os dados revelam que apesar de a maioria atuar nesses locais há mais de 30 anos, a renda permanece na faixa de 1 a 3 salários mínimos (Figura 1). Portanto, o tempo de trabalho não influencia no aumento da renda, refletindo-se na experiência, especialização e na clientela conquistada.

Figura 1. Tempo de atividade e faixa de renda.



Fonte: Pesquisa de campo.

Quanto às condições dos locais de trabalho, os problemas enfrentados no cotidiano refletem a carência de infraestrutura e serviços urbanos. No Porto da Palha, os comércios, barracas, boxes ou tabuleiros não são padronizados e nem organizados por setores. Para o transporte de passageiros, não conta com área de espera, venda de passagens ou banheiros públicos. Quanto à segurança, há um PM Box com rondas regulares durante 24 horas. No Porto do Açaí, os boxes foram padronizados pelos próprios feirantes e a PMB arcou com o calçamento e ampliação da área do trapiche. Neste porto também não há infraestrutura para terminal de passageiros, pois não dispõe de área de embarque/desembarque, banheiros ou atendimento aos usuários. Esta realidade demonstra, por um lado, o descaso com espaços historicamente vinculados ao abastecimento da cidade, e de grande relevância para o escoamento da produção rural, considerando-se volume de produtos disponibilizados nos portos da orla sul (Tabela 1).

Tabela 1. Volume de produtos disponibilizados nos portos da orla sul.

Hortifrutigranjeiros	Porto do Açaí	Porto da Palha	Total Geral
Açaí	18.616.000	1.363.500	19.979.500
Bacaba	52.180		52.180
Bacuri	47		47
Banana	55.160	351.600	406.760
Biribá	1.925		1.925
Cacau	1.275		1.275
Cupuaçu	26.612		26.612
Farinha	8.340	677.700	686.040
Manga	4.100		4.100
Pupunha	55.856		55.856
Uxi	55.856		55.856
Total Geral	18.824.867	2.392.800	21.217.667

Fonte: SECON, 2011. Volume: (Kg). Elaboração: I. Silva, 2013.

Por outro lado, na dinâmica desses portos, além do grande fluxo de pessoas e mercadorias, inserem-se novos trabalhadores na cadeia comercial de produtos regionais. Neste aspecto, são territórios provedores e reprodutores do trabalho informal, cujos problemas ambientais, aliadas à precariedade da infraestrutura urbana e às intervenções urbanísticas, impactam nas atividades de trabalho e suscitam demandas sociais, estratégias de organização dos espaços e de lutas das categorias de trabalhadores para a permanência desses espaços e a melhoria das condições de trabalho frente às ações do poder público, que prevê a retirada dos portos localizados na orla sul de Belém, no âmbito do projeto “Portal da Amazônia”.

3.2. O “PORTAL DA AMAZÔNIA” E OS EFEITOS SEGREGATIVOS SOBRE A MORADIA POPULAR

Nas áreas que margeiam os diversos cursos d’água que compõem a BHEN, à semelhança do que ocorre em outras existentes na extensão territorial do município de Belém, há a prevalência de ocupações humanas às margens dos canais ou mesmo no interior desses, que são impactadas pelo fluxo das marés e pelas chuvas intensas na região, características propícias à propagação de doenças veiculadas por meio hídrico, tornando-as inadequadas para este tipo de ocupação, pelo alto índice de insalubridade.

O processo histórico de formação dos bairros atingidos pela intervenção do “Portal da Amazônia” revela que as AID são, em sua maioria, áreas de moradias consolidadas por famílias de trabalhadores empobrecidos, cuja faixa de renda atinge, em média, três salários mínimos. Embora seja um programa de saneamento básico, afeta diretamente a questão da habitação na BHEN, uma vez que serão desalojadas centenas de famílias que viviam naquela área há cerca de 30 a 40 anos.

O projeto Portal da Amazônia buscará corrigir os cursos d’água que provocam enchentes na BHEN e adjacências, com intervenções urbanísticas que preveem a macro e a microdrenagem dos canais (igarapés) formados pelas águas do rio Guamá, buscando modificar a realidade atual na Avenida Bernardo Sayão, que liga o centro histórico e a área portuária à Av. Perimetral Norte, dando acesso à saída de Belém, bem como fará a retificação dos canais localizados nas travessas que findam no rio Guamá.

Constata-se, no entanto, que ao garantir a retificação dos canais (igarapés), fazer a instalação dos sistemas de drenagem e esgoto, o revestimento dos canais em concreto, o fechamento e a pavimentação asfáltica, o projeto estará preparando aquela área para receber, num momento posterior, as ações voltadas a melhorias no trânsito, visando facilitar o acesso à área portuária às margens do rio Guamá, que serve de entreposto comercial dos produtos primários oriundos do interior e de fora do estado do Pará, assim como consolidará a circulação de veículos pesados, à medida que as vias urbanas recebam melhorias e sejam interligadas, estabelecendo a conexão entre a zona Sul, com forte fluxo fluvial e rodoviário, e a zona Norte, que dá acesso à malha rodoviária para entrada e saída da cidade pela BR-316, que se conecta ao eixo Belém-Brasília.

Aliado a essas ações, a área também receberá projetos paisagísticos que tornarão as áreas mais atrativas para os empreendimentos imobiliários, turísticos e de lazer, haja vista que o perímetro definido pelo programa estabelece uma relação estreita com o rio Guamá, bastante utilizado pelos empreendimentos que já se encontram na orla, podendo, portanto, consolidar a área enquanto potencial econômico para o município e para o estado do Pará.

No que tange ao terceiro pilar do programa, relacionado à questão habitacional, a PMB buscou recursos do Projeto Urbanização de Favelas, no valor de R\$12.627.110,28, destinado à construção de três conjuntos habitacionais no bairro do Jurunas para atendimento das 1.560 famílias atingidas pelas obras do “Portal”, ou seja, pelos projetos Orla e Promaben, cuja conclusão estava prevista para 2012. De acordo com a proposta, as moradias com saneamento seriam construídas no próprio bairro, com a vantagem da localização na orla do rio Guamá, o que significa que “os moradores vão viver em uma área muito mais valorizada” (PARÁ..., 2011, p. 6).

O estudo de impacto realizado pela PMB (BELÉM, 2003) apontou inicialmente a necessidade de remoção de 1.100 unidades habitacionais. Entretanto, à medida que as obras avançam essa equação se torna mais complexa, pois nas áreas afetadas encontram-se: unidades com mais de um núcleo familiar, moradores com mais de dez anos de residência e unidades domiciliares que associam atividades econômicas no mesmo imóvel. Nas áreas circunscritas ao projeto Orla foram demolidos 378 domicílios, e no âmbito do Promaben foi prevista a demolição de 2.129 unidades habitacionais, atingindo aproximadamente 10 mil pessoas.

Ao lado desses dados, que revelam uma forte repercussão econômica e social sobre a população afetada, destacam-se as estratégias praticadas, que reproduzem o *modus operandi* adotados historicamente por projetos de intervenções urbanísticas, como o deslocamento ou remanejamento, a indenização e o aluguel social como solução para o processo de segregação social do trabalho e da moradia (Tabela 2).

Tabela 2. Soluções de remanejamento nas áreas do “Portal da Amazônia”.

Soluções Aplicadas	Veiga Cabral/ Cesário Alvim	Cesário Alvim/ Oswaldo C. Brito	Total de Soluções	%
Indenização Moradia	24	75	99	-
Indenização Comércio	13	20	33	-
Auxílio Aluguel: Proprietário	8	13	91	-
Auxílio Aluguel: Inquilino	1	24	196	93,3
Auxílio Comércio	6	5	11	-
Em negociação	3	11	14	6,7
Total de Imóveis	28	53	81	-
Total de Soluções	55	201	210	100%

Fonte: Belém (2011).

É possível perceber que para as 2.129 famílias desapropriadas, o projeto não conseguiu uma solução definitiva, como é o caso daquelas que se encontram no “auxílio-aluguel” e “auxílio-comércio”. O processo de negociação com a população atingida foi permeado de divergências, principalmente nos seguintes aspectos: a) Não aceitação por parte dos moradores/proprietários dos valores de avaliação dos imóveis afetados; b) Indisponibilidade pela PMB das unidades habitacionais para os imóveis avaliados em até R\$ 25 mil reais; c) Indisponibilidade de unidades comerciais para as que foram avaliadas em até 25 mil reais.

Esses aspectos revelam que entre o que a PMB planejou e o que foi detectado nas áreas de influência do projeto há grandes disparidades e divergências. Em primeiro lugar, pela falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa. Em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN, e a total falta de mobilização e articulação da população moradora das áreas pelos gestores públicos, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente.

Ainda em relação ao impacto sobre a moradia, pode-se afirmar que as soluções apontadas resolvem a demanda do programa, atendendo às situações do remanejamento das famílias, mas não resolvem a situação de moradia, pois, de acordo com as reivindicações do movimento social em defesa da reforma urbana, programas como este deveriam prever a construção de unidades habitacionais nas próprias áreas de intervenção, evitando o remanejamento ou a vulnerabilidade das fa-

mílias atingidas, como é o caso das centenas de famílias submetidas ao auxílio-aluguel, sem previsão de serem reassentadas em novas unidades habitacionais.

Destaca-se que, em Belém, a política habitacional apresenta fragilidades, a exemplo das seguintes: a) incompletude do processo de descentralização político-administrativa; b) baixa capacidade das esferas municipal e estadual; c) excesso de burocracia no acesso aos programas de moradia popular; d) exigências dos programas de operação de crédito seguem a lógica de mercado, ou seja, só acessa quem tem condições financeiras; e) o poder público não possui o efetivo controle sobre a questão da terra urbana, não havendo estoques de terras públicas para fins de interesse social; f) o mercado imobiliário atua de forma voraz sobre a apropriação do solo urbano (CRUZ, 2012).

No caso de Belém, o atendimento da demanda por moradia é lento, com a política habitacional atrelada majoritariamente aos processos de intervenção urbanística que recebem financiamento do governo federal, seja a partir da esfera municipal ou estadual. Sob a gestão da Prefeitura Municipal, os programas se resumem à urbanização de lotes e ações de saneamento. A construção de unidades habitacionais de interesse social está atrelada às ações de remanejamento/deslocamento da população atingida por programas de intervenção urbanística, tais como os grandes projetos urbanos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o apoio do Estado brasileiro, cujas áreas, ao receberem infraestrutura básica, tornam-se lugares que atenderão à demanda do mercado imobiliário, ao mesmo tempo em que desorganizam a vida social e cultural daqueles que nelas residem.

Entre os objetivos do “Portal da Amazônia” não foram apontadas ações que possam reverter de forma efetiva o quadro de precarização de grande parte da população atingida. São trabalhadores ribeirinhos que tiveram suas vidas afetadas; moradores que passaram a ocupar lugares distantes; as áreas incluem portos e trapiches públicos de uso popular, que estão ameaçados de extinção, pois esses serviços e circuitos não fazem parte, de modo explícito, da referida intervenção urbanística. Uma das moradoras da Av. Bernardo Sayão se refere ao “Portal da Amazônia”, afirmando que: “a prefeitura não pensa que aqui tem gente, com coração, que a gente tem raiz [...]”.

CONCLUSÕES

Como resultado das pesquisas, verificou-se que os grandes projetos urbanos implementados em metrópoles amazônicas estão provocando efeitos segregativos sobre as condições de trabalho e moradia, mesmo enquanto potencialidades. Observaram-se processos muito contraditórios em relação aos objetivos propostos para a realização das ações de saneamento nas áreas de abrangência dos projetos, tornando-se necessária a retirada de pessoas e a demolição de imóveis nessas áreas, aprofundando as difíceis condições de trabalho e moradia enquanto questões centrais para a população afetada.

Esse processo ainda tem provocado um alvoroço nas áreas atingidas, no que tange ao mercado imobiliário, em decorrência do inflacionamento na comercialização de imóveis para alugar ou para vender. De acordo com os moradores, o valor dos imóveis subiu muito, tornando difícil adquirir um novo imóvel na mesma área, no valor da indenização definida pelo projeto. E, no caso do aluguel, em virtude dos atrasos no repasse dos recursos, os proprietários despejam os inquilinos, tornando difícil a moradia, alterando completamente a rotina da população. Paralelo a isso, o poder público não consegue avançar no sentido de acelerar a construção das unidades habitacionais prometidas, deixando a população insegura, por não saber exatamente onde irá morar. Das centenas de famílias remanejadas, nem 50% foram reassentadas, do mesmo modo que as reações e divergências vão dificultando a operacionalização das obras de saneamento, cujo cronograma se encontra em atraso.

No que tange à questão do trabalho, pode-se concluir que a questão central para os trabalhadores diz respeito ao futuro dos portos públicos na orla sul do rio Guamá, que embora não disponham de infraestrutura adequada para as suas funções e atividades, desempenham um papel importante na economia local e regional, bem como no processo de reprodução social dos trabalhadores e das famílias que os utilizam, uma vez que se constituem espaços de relação entre o campo e a cidade, em que o rio representa o elo entre essas duas dimensões da realidade social em Belém. Por enquanto, repousa a incerteza!

Dessa forma, o projeto “Portal da Amazônia” pauta-se no paradigma que define as cidades como centros de dinamização da

economia capitalista global, como apontam Borja e Castells (1997, p. 37): “Tão logo uma região do mundo se articula à economia global, dinamizando a economia e a sociedade locais, o requisito indispensável é a constituição de um centro urbano de gestão e serviços avançados”.

Observa-se que a lógica dos grandes projetos econômicos tem-se irradiado para as metrópoles amazônicas, reestruturadas com a implementação de grandes projetos urbanos fundados nos investimentos em infraestrutura, agregando maior valor ao território. Portanto, a fisionomia das cidades é reconfigurada, tornando-as atrativas às novas relações socioeconômicas e culturais. Segundo Vainer (2000), esse modelo “foi inspirado nos conceitos e técnicas do planejamento empresarial e deve ser utilizado pelos governos locais, visto que as cidades enfrentam os mesmos desafios e condições que as empresas”. O autor ressalta, ainda, a competitividade urbana, “segundo a qual as cidades devem competir pelo investimento de capital, tecnologia e competência gerencial, para atrair novas indústrias, negócios e força de trabalho qualificada” (VAINER, 2000, p. 75-119).

É essa lógica definidora de uso e ocupação dos territórios que permeia a produção de novos centros urbanos, desarticulando relações historicamente construídas, como as que estão relacionadas diretamente às questões da moradia e do trabalho. São relações de vizinhança, atividades econômicas, manifestações culturais, práticas associativas etc., que vão sendo desagregadas, dando lugar ao progresso e à modernidade. Nessa lógica, tudo que é antigo, velho ou tradicional passa a ser decadente, precisando ser extirpado, afastado, eliminado ou substituído pelo novo, limpo, belo e moderno, alterando formas tradicionais de ocupação e uso do território por práticas centradas na dinâmica de um mercado de base financeira especulativa.

Sobre esta questão, Rodrigues (2011, p. 31) afirma que “a normatização do território, dirigida pelo Estado, em função da racionalidade hegemônica é uma forma de ‘política pública’ eficaz para a lógica do lucro”. Neste sentido, “torna o território dócil aos usos desses agentes hegemônicos e hostil a quem usa o território como bem social e não como bem econômico mercadológico” (Idem). Assim, a disputa pela ocupação do território – ou quem deve permanecer nele – emerge como questão central para o poder público e para o mercado, uma vez que são os sujeitos hegemônicos que definem as

políticas e normatizam os usos de territórios na Amazônia.

Ressalta-se, por fim, que dotar a cidade de infraestrutura significa dotá-la de condições para somar no processo de acumulação e circulação de novos investimentos e capitais. Neste caso, ao receber maiores investimentos em infraestrutura, Belém terá condições de se tornar “centro urbano de gestão e serviços”, no sentido de *city marketing*, como afirma Malheiro (2009, p. 27), a exemplo das intervenções em espaços públicos da cidade, como a Estação das Docas, Mangal das Garças, Projeto Feliz Lusitânia, Ver-o-Rio, entre outros.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ARTICULAÇÃO Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas. **Dossiê da articulação nacional dos comitês populares da copa:** megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil. 2011. Disponível em: <<http://direitoamoradia.org/wp-content/uploads/2012/02/DossieViolacoesCopaCOMPLETO.pdf>>. Acesso em: 23 set. 201

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y global:** la gestión de las ciudades en la era de la información. Madri: Taurus; Pensamiento, 1997.

CACCIAMALI, M.C. Menos empregos, outros trabalhos... mudanças nas políticas públicas. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 185-190, dez. 1999.

CASTRO, E. Introdução: uma incursão temática à Belém. In: _____. (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, 2006.

_____. Urbanização, pluralidades e singularidades das cidades amazônicas. In: _____. (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

CRUZ, S. H. R. **Movimentos sociais e construção do espaço urbano em Belém:** o bairro da Sacramenta. 1994. 110 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

_____. **Grandes projetos urbanos, segregação social e condições da moradia em Belém e Manaus.** 2012. 318f. Tese (Doutorado em Ciências) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

_____. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

MALHEIRO, B.C.P. **Portos, portas e postais:** experiências, discursos e imagens produzindo a orla fluvial de Belém (PA). 2009. 187 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento)– Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MOURA, A.; SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. de. Projeto “Portal da Amazônia” (Belém-PA): entre o embelezamento de cidades e as expectativas dos moradores pelo uso do espaço infraestruturado. **Revista Proposta**, Belém, v. 34, n. 121, p. 35-42, 2010.

PARÁ (Estado). Ministério Público Estadual. **Procedimento Administrativo Preliminar (PAP).** Inquérito Civil n. 039/2010: 3ª PJDMAPC. Belém: Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Belém, 2011.

PAULO NETTO, J. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PONTE, J. P. X. **A orla de Belém: intervenções e apropriação**. 2004. 212 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

_____. Cidade e água: Belém/PA e estratégias de reapropriação das margens fluviais. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007. Belém. **Anais...** Belém, 2007.

PREFEITURA Municipal de Bélem. **Prefeitura debate Portal da Amazônia com sociedade**. Belém: PMB, 2010. Disponível em: <<http://www.belem.pa.gov.br/>>. Acesso em: 21 jul. 2010.

_____. **Estudo de impacto ambiental do programa de recuperação urbana e ambiental da Estrada Nova - Promaben**. Belém: PMB; Engesolo Engenharia Ltda., 2003.

PRÉTECEILLE, E. Ségrégations urbaines: introduction au dossier. **Sociétés Contemporaines**, n. 22/23, p. 1-208, jun./sept. 1995.

_____. A construção social da segregação urbana: convergências e divergências. **Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

PROJETO Nova Cartografia Social da Amazônia. **Feirantes e ribeirinhos dos portos públicos de Belém**. Manaus: UFAM; Belém: UNAMAZ; UFPA; IAGUA, 2008. (Série Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia, v.7).

RODRIGUES, E. B. Política normativa do Estado para o uso hegemônico do território: A Amazônia em questão. In: SANTANA, J. V.; SÁ, M. E. R. de. (Orgs.). **Políticas públicas e lutas sociais na Amazônia: enfoques sobre planejamento, gestão e territorialidade**. Belém: ICSA/UFPA, 2011.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SENA, A. L. dos S. Dimensões da informalidade em Belém. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 2, n. 2, p. 191-204, dez.1999.

SILVA, I. S. **Trabalho e sociobiodiversidade**: interações rural-urbano na orla de Belém do Pará. 2011. 178 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L. O sentido do trabalho informal na construção de alternativas socioeconômicas e o seu perfil no Rio de Janeiro. **Boletim – Informativo da Central de Apoio ao Trabalhador**. Disponível em: <<http://www.catrj.org.br/milenio/Publicações/boletim11>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. C. **Produção do espaço e uso do solo urbano em Belém**. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

_____; TAVARES, M. G. da C. (Orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia**: mudanças e permanências. Belém: EDUFPA, 2008.

_____; SANTOS, E. R. C.; RAVENA, N. A cidade e o rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém. In: _____; SILVA, M. A. P. (Orgs.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

_____; SILVA, M. A. P. (Orgs.). **Belém**: a cidade e o rio na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2005.

ULTRAMARI, C; REZENDE, D. A. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>>. Acesso em: 5 jun. 2012.

UFPA. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Relatório do Projeto MEGAM**: Estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: NAEA, 2004.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: _____; ARANTES, O.; MARICATO, E. (Orgs.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.